



PARECER Nº. 2529/2025

DA 3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ECONOMIA.

Processo nº. 2852/25

Relator: Deputado *REMI CALMEIDOS*

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta 3ª Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia o Projeto de Lei Ordinária nº 1790/2025, encaminhado por meio da Mensagem nº 147, de 18 de novembro de 2025, de autoria do Senhor Governador do Estado de Alagoas, que:

“Altera a Lei Estadual nº 9.454, de 3 de janeiro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Alagoas para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências.”

A proposição tem por objetivo alterar o art. 5º da Lei Estadual nº 9.454, de 3 de janeiro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Alagoas para o exercício financeiro de 2025, com vistas a ampliar o percentual autorizativo para a abertura de créditos suplementares.

Conforme a Mensagem nº 147/2025, a Lei Orçamentária Anual do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 9.454/2025) fixou, originalmente, o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa para a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Fiscal e ao Orçamento da Seguridade Social.

O Projeto de Lei ora examinado propõe a elevação desse limite para 30% (trinta por cento), mantendo, todavia, a disciplina quanto:

- à observância dos incisos V e VI do art. 178 da Constituição Estadual;
- ao cumprimento do disposto nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964; e
- à preservação das vedações já estabelecidas em relação:
 - a) ao Poder Judiciário,
 - b) ao Ministério Público,
 - c) à Defensoria Pública,
 - d) ao Tribunal de Contas, e
 - e) às emendas individuais impositivas.

O art. 1º do Projeto de Lei passa a conferir ao caput do art. 5º da Lei nº 9.454/2025 a seguinte redação:

“Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, durante o exercício, créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada no art. 4º desta Lei, em cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do art. 178 da Constituição Estadual e nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, sendo vedada, no entanto, a utilização desta autorização para abrir créditos suplementares ao



Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas e anulações total ou parcial dos recursos destinados às emendas individuais impositivas.” (NR)

O art. 2º dispõe que a Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Na exposição de motivos, o Chefe do Poder Executivo destaca que a alteração se faz necessária:

- para suprir insuficiências de saldos de dotações orçamentárias ao longo do exercício de 2025;
- para permitir ajustes de dotações destinados a assegurar o cumprimento das obrigações da Administração Pública;
- para garantir a adequada execução das políticas públicas e o alcance das metas estabelecidas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Por fim, o Governador solicita a apreciação em caráter de urgência, com fundamento no caput do art. 88 da Constituição Estadual, ante a necessidade de imediata adequação da execução orçamentária do exercício financeiro de 2025.

É o relatório.

II – ANÁLISE

1. Da competência legislativa e da iniciativa

A matéria versada no Projeto de Lei insere-se no âmbito da competência do Estado para dispor sobre o seu orçamento anual e respectivas alterações, em consonância com:

- a Constituição Federal;
- a Constituição Estadual; e
- a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Por tratar-se de alteração em dispositivo de Lei Orçamentária Anual, envolvendo autorização para abertura de créditos suplementares, a iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o regime jurídico orçamentário.

Não se identificam, pois, vícios de iniciativa ou de competência.

2. Da conformidade jurídico-orçamentária

O Projeto de Lei em análise promove alteração pontual no caput do art. 5º da Lei Estadual nº 9.454/2025, alterando unicamente o limite percentual global para a abertura de créditos suplementares, de 20% para 30% do total da despesa fixada no art. 4º da referida Lei.

Os créditos suplementares, como espécie de crédito adicional, encontram-se disciplinados no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, impondo-se, para sua abertura:

- a existência de autorização legislativa prévia; e
- a indicação de recursos disponíveis correspondentes.

No plano estadual, o novo texto do art. 5º permanece vinculado:

- aos incisos V e VI do art. 178 da Constituição Estadual, que regulam a matéria orçamentária; e
- aos arts. 7º e 43 da Lei nº 4.320/1964, que tratam das especificações e da cobertura dos créditos adicionais.

Desse modo, o aumento do limite global de autorização não afasta:

- a necessidade de observância das fontes de recursos autorizadas em lei;



- o respeito às normas de equilíbrio e responsabilidade fiscal; e
- a submissão à atuação dos órgãos de controle interno e externo.

O Projeto também preserva, de forma expressa, a vedação de utilização dessa autorização:

- para abertura de créditos suplementares aos orçamentos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas; e
- para anulação total ou parcial dos recursos destinados às emendas individuais impositivas.

Essas ressalvas mostram-se compatíveis com o desenho constitucional de autonomia e com a proteção das emendas parlamentares de execução obrigatória, não se vislumbrando, sob esse prisma, ofensa às normas de regência.

Conclui-se, portanto, pela compatibilidade jurídico-orçamentária da medida proposta.

3. Do mérito orçamentário, financeiro e de planejamento

No plano do mérito, a elevação do limite de abertura de créditos suplementares de 20% para 30% do total da despesa fixada:

- amplia a flexibilidade operacional do Poder Executivo na gestão do orçamento, facilitando a recomposição de dotações insuficientes em áreas prioritárias;
- confere maior agilidade na resposta a demandas de execução de políticas públicas e a ajustes decorrentes de variações na arrecadação, reprogramações de ações ou reordenamentos de gastos;
- contribui para evitar paralisações de programas, projetos e serviços essenciais, decorrentes de esgotamento de dotações originalmente insuficientes.

Cumprе salientar que a ampliação do limite não significa autorização indiscriminada de despesas, nem autoriza aumento do total da despesa fixada, mas tão somente reajuste intraorçamentário (remanejamentos e suplementações), sempre condicionado:

- à existência de recursos disponíveis para cada crédito suplementar;
- ao respeito às metas fiscais e demais parâmetros da legislação de responsabilidade fiscal; e
- à publicidade e transparência dos atos de abertura e execução dos créditos suplementares.

A manutenção das vedações relativas:

- aos orçamentos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, e
 - às emendas parlamentares individuais impositivas,
- reforça o equilíbrio institucional e garante que o aumento de limite não seja utilizado para interferir em dotações de outros Poderes e órgãos autônomos ou para esvaziar a eficácia das emendas de execução obrigatória.

Considerando:

- o estágio do exercício financeiro de 2025;
- a necessidade de ajustes na alocação de dotações orçamentárias, conforme indicado na Mensagem nº 147/2025; e
- o fato de que a elevação de 20% para 30% se mantém dentro de parâmetros usualmente adotados por entes federativos para autorizações de créditos suplementares, esta



Comissão entende que a alteração proposta é oportuna e conveniente, desde que implementada com estrita observância às normas fiscais e de controle aplicáveis.

Quanto ao regime de urgência, solicitado com base no art. 88 da Constituição Estadual, esta Comissão reconhece que a natureza instrumental da medida, voltada à execução do orçamento em vigor, justifica a tramitação célere, não havendo óbice, no âmbito desta Comissão, à apreciação urgente da matéria.

III – DECISÃO DA COMISSÃO

A 3ª Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia, após discussão da matéria, decidiu, ADOTAR O VOTO DO RELATOR, passando o presente a constituir o PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Ordinária nº 1790/2025.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 02 de dezembro de 2025.

Bruno Albuquerque PRESIDENTE

RC RELATOR

Carlos Belém (conv.)
